

“Só damos valor à água, quando a fonte seca”

1 de Junho, 2022

O caminho realizado nos últimos 20 anos na gestão da água foi notável. Desde a construção e renovação de Infraestruturas, passando por uma maior monitorização e controlo de qualidade e um modelo de regulação inovador. Este modelo assentou no maior e melhor *benchmarking* existente em Portugal, ao permitir a comparação entre as várias entidades gestoras, foi determinante para no presente termos uma cobertura de serviço de 96% e uma qualidade da água segura de 98,95%.

Contudo, prevê-se no futuro um stress hídrico pois teremos menos 40% de água disponível, obrigando a ações no curto prazo que permitam enfrentar essa realidade mais bem preparados. Urge uma estratégia conjunta e integrada entre as nossas necessidades hídricas e as energéticas, que una e não divida os agentes do setor, que seja mais solidária entre regiões e menos sectária e que exija maior responsabilização e qualidade na informação existente dos *players* envolvidos, incluindo os do setor agrícola.

Nos últimos 4 anos registou-se uma estagnação nos principais indicadores, a água não faturada rondou os 29% e o investimento na reabilitação de condutas estagnou nos 0,6% anuais, ficando 40% abaixo do considerado necessário para garantir a qualidade e renovação das mesmas, com cerca de 55 entidades gestoras a assumirem não fazer qualquer investimento nas redes de água. Por outro lado, no setor agrícola, que representa cerca de 75% do consumo e cujas perdas se estimam em 70%, a informação existente é reduzida e a sua fiabilidade também.

É fundamental um reforço das competências do regulador, que lhe dê uma maior relevância e peso na monitorização e controlo das entidades gestoras. O importante não é a sua dimensão, nem se são públicas ou privadas, mas se têm uma política que vai ao encontro das metas estabelecidas e o seu grau de cumprimento.

A montante, devemos equilibrar a estratégia hídrica e a energética, garantindo que a utilização das barragens para produção de energia, não prejudica a sua capacidade de fornecimento de água para consumo humano. Esta garantia passa pelas barragens reversíveis, tanto nas novas construções como na conversão das existentes, com a implementação nas albufeiras de centrais fotovoltaicas flutuantes. É necessário acelerar a implementação de projetos de reutilização das águas residuais tratadas, dando prioridade na sua utilização a consumidores que utilizem furos (campos de golfe e agricultura), por forma a que os aquíferos existentes possam recuperar e funcionar como reserva estratégica e pensar num projeto de coesão territorial nacional de fornecimento de água entre regiões, porque a dimensão do desafio futuro obriga a um esforço conjunto e solidário.

A jusante, no setor urbano, apostar nas novas tecnologias na deteção de

perdas e ruturas, mas também numa maior eficiência através de elaboração de modelos hidráulicos adequados, na instalação de *smart meters* e sistemas inteligentes de rega que adequem a utilização de água nos espaços verdes públicos às condições atmosféricas, sendo primordial que os Municípios ajustem os regulamentos municipais de edificação e urbanização aos novos desafios climáticos, incentivando os novos projetos imobiliários a reutilizarem as águas cinzentas e as águas pluviais. Por fim, no setor agrícola que representa 75% dos consumos, torna-se imprescindível, numa 1ª fase, a conceção e implementação de um sistema que permita a monitorização individual dos produtores, à imagem do existente para o setor urbano.

Os planos, estratégias e soluções são conhecidos de todos, faltando apenas uma maior velocidade na sua implementação porque as alterações climáticas não esperam por nós.

□ Rui Rocha Reis

Este artigo foi incluído na edição 93 da Ambiente Magazine